

DOCUMENTAÇÃO PARA POSSE EM CARGO EM COMISSÃO

I - DOCUMENTAÇÃO PESSOAL *(cópias juntamente com os documentos originais ou autenticadas em Cartório)*

- Registro Geral – RG (carteira de identidade)
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Declaração de Regularidade de CPF
Dê Ctrl e click para abrir o Link: [Declaração de Regularidade de CPF](#)
- Título de Eleitor
- Certidão de Reservista para o sexo masculino, até os 45 (quarenta e cinco) anos de idade
- Comprovante de escolaridade no grau exigido para investidura no cargo ou função ou de grau superior (diploma ou certificado de conclusão do curso)
- Comprovante de Estado Civil, conforme se enumera:
 1. Certidão de Nascimento, se solteiro;
 2. Certidão de Casamento, se casado;
 3. Certidão de Casamento com averbação de divórcio, se divorciado;
 4. Certidão de casamento com averbação da viuvez ou certidão de casamento e de óbito do cônjuge, se viúvo;
 5. Certidão de casamento com averbação de separação judicial, se separado judicialmente.
- PIS/PASEP/NIS
- Carteira nacional de habilitação, para o *cargo de motorista ou oficial de diligências*
- Comprovante de registro no órgão profissional competente, *para os cargos que exijam a inscrição*, conforme previsão do edital ou legislação específica
- Comprovante de endereço atualizado, emitido no *máximo até 03 (três) meses anteriores* à posse (caso esteja em nome de outrem, apresentar declaração do titular)
Obs.: são aceitos como comprovantes de endereço contas de consumo, como: água, luz, telefone fixo, IPTU, contrato de aluguel.

II – DECLARAÇÕES

- de bens e valores *(disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos)*
- de inacúmulo ou acúmulo de cargos *(disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos)*
- dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais em que tenha trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos, com a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público)
- de inexistência de relação familiar ou parentesco que importe em prática vedada na Súmula Vinculante nº 13 do STF e Ato nº 535, de 07 de dezembro de 2017 *(disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos)*
- de não exercício da advocacia privada, conforme vedação prevista na Lei nº 2.252, de 16 de dezembro de 2009 *(disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos)*

- de cor/raça(disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos)
III - CERTIDÕES
- Justiça Federal: Dê Ctrl e click para abrir o Link: Certidão Federal Orientações para preenchimento: Emitir os dois Tipos: Cível e Criminal Para cada tipo de Certidão (Cível e Criminal), deve-se selecionar um órgão: Escolher a última opção “Regionalizada (1º e 2º Graus)”
- Justiça Eleitoral (quitação eleitoral e crimes eleitorais): Dê Ctrl e click para abrir o Link: Certidões Eleitorais 1) Certidão de Quitação eleitoral (emitir no menu “Certidões”) 2) Certidão de Crimes eleitorais (emitir no menu “Certidões”)
- Justiça Militar da União e do Estado: Dê Ctrl e click para abrir o Link: Certidão Negativa da Justiça Militar da União (STM)
- Cível e criminal do Poder Judiciário onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos e Justiça Militar do Estado: Orientações para preenchimento: Marcar a opção “Competência Geral” para os dois links abaixo. 1) 1º Grau – Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis, Criminais e Justiça Militar. Dê Ctrl e click para abrir o Link: Emissão Certidão de 1º Grau 2) 2º Grau – Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis e Criminais. Dê Ctrl e click para abrir o Link: Emissão Certidão de 2º Grau
- Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado: 1) TCU - Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares Dê Ctrl e click para abrir o Link: Certidão Negativa de Contas - TCU 2) TCE/TO - Certidão Negativa de Contas Dê Ctrl e click para abrir o Link: Certidão Negativa de Contas - TCE TO
- Conselho Nacional de Justiça (improbidade administrativa e inelegibilidade): Dê Ctrl e click para abrir o Link: Certidão Improbidade ADM - CNJ
- Conselho ou órgão profissional competente, se o cargo exigir o registro profissional
IV - OUTROS
- 01 foto 3 x 4 (recente)

- Comprovante recente, como titular, de conta corrente, individual, em banco conveniado com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (*Banco Bradesco*)

Obs: não é aceito conta digital/next